

Falta quorum no Congresso e Governo reedita Medida 182

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, anunciou ontem que o Governo vai reeditar a Medida Provisória 182, para manter a proibição relativa à concessão de liminares judiciais contra o Plano Collor. A Medida, cujos efeitos estão suspensos desde meia-noite de ontem, foi editada no dia 23 de abril e na sessão de ontem — último prazo que o Congresso analisasse o assunto — não houve quorum.

Segundo o Líder do Governo na Câmara, Renan Calheiros (PRN-AL), a medida terá que ser reeditada porque se trata de um mecanismo importante para evitar a abertura das torneiras pela Justiça:

— Se começar a chover liminar contra o Plano será um dilúvio.

O texto sobre a proibição de liminares esteve em votação por três sessões do Congresso — terça, quarta e ontem de manhã. Na noite de quarta-feira faltou apenas um voto para que a Câmara completasse os 248 votos necessários à votação da Medida. A Mesa esperou por uma hora, mas não conseguiu o quorum necessário. Como os governistas eram minoria, muitos parlamentares que apóiam o Governo deixaram de registrar seus votos para não permitir que a Medida fosse derrubada pelo Congresso. O Deputado Gérson Pêres (PDS-PA) foi um dos que não registrou seu voto, sob a alegação de que colocaria em risco a aprovação da Medida pelo Congresso.

Parlamentares oposicionistas, liderados pelo Deputado José Genoino (PT-SP), fizeram ontem uma manobra para impedir que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados rejeitasse o projeto de lei do Deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), que regulamenta a edição de Medidas Provisórias por parte do Executivo — não permite que sejam reeditadas mais de uma vez. O projeto foi colocado em votação e a maioria dos governistas que integra a Comissão estava de pronto para rejeitar a proposta. Genoino pediu verificação de quorum e faltava apenas um voto para completar os 28 necessários à votação do texto.

— Eles pensaram que nós íramos dormir no ponto — comemorou Genoino, depois que a Mesa da Comissão divulgou o boletim de presença.

O Deputado quer levar o projeto para votação no plenário da Câmara.